
[A falácia da economia verde - REDD Early Movers](#)

REDD Early Movers - REDD jurisdicional

Um dos intuitos do golpe de 2016 foi ampliar e acelerar o apoio do Estado brasileiro às grandes corporações – que são as principais responsáveis pela poluição ambiental – numa velocidade que nos imobiliza.

No cenário de crise do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo, a nova estratégia é monetizar e colocar no mercado as funções da natureza, buscando o espraiamento do capital principalmente para as terras indígenas, quilombolas e comunidade tradicionais, utilizando o Estado como intermediário. As funções da natureza, transformadas em ‘serviços ambientais’ estão sendo valoradas pelo capital estrangeiro, interessado neste novo “negócio”, como exemplo atual no estado de Mato Grosso, o banco alemão KFW, a Inglaterra e outros interessados.

O interesse do Capital está sendo garantido por pactos mundiais que se firmam em nome de estratégias para reduzir as emissões de poluentes que aceleram as mudanças climáticas, porém nestes acordos não estão em pauta mudanças de paradigmas como iniciativas para reduzir o controle empresarial sobre o sistema alimentar internacional e o fortalecimento dos modelos agrícolas que usam menos carbono, como a agroecologia.

A política fomentada pelo banco alemão KFW, e aceita pelo Estado do Mato Grosso como REDD Early Movers - REM, que podemos traduzir por “os que estão implementando o REDD antes dos demais” é um exemplo da nova forma do capital se apropriar de funções da natureza para gerar mais capital.

Comercializando ar! Ou melhor, negociando o gás carbônico retido pelas árvores da floresta. O início de mais um processo de comercialização e privatização degradante. Como comparação, a água que está sendo privatizada restringe atualmente, 1 bilhão e 500 milhões de pessoas ao acesso a água potável no mundo.

O recurso para fomentar o mercado de carbono, através do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) e que está chegando “antes” por meio do REM, tem procedência nos países industrializados que possuem empresas grandes que geram energia queimando combustíveis fósseis, emitindo grandes quantidades de gás carbônico, sendo por isso os principais responsáveis pelo aquecimento global e mudanças do clima que afetarão toda a humanidade e também as florestas. O REDD sendo um mecanismo de compensação, sem na verdade compensar, é uma solução para eles porque dá para eles o direito de continuar, inclusive expandir sua poluição.

O programa REDD EarlyMovers, é uma ponte para o programa de REDD+ “jurisdicional”, onde aquele governo paga ao governo do Mato Grosso^[1] se o estado puder provar que, com a ajuda do banco Alemão, o desmatamento não excedeu um máximo acordado de perda florestal. O que não é o caso do Estado do MT, onde a taxa do desmatamento está aumentando gradativamente desde

2012, sempre com índice elevado, 95% do desmatamento foi ilegal no ano de 2016, de acordo com dados do ICV[2].

A nomenclatura de Economia Verde, onde está contido o REDD vem como pretexto para solucionar a crise climática, e é outra forma de especulação, “*não implica, de forma alguma, uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um fator de distração que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e setores*”. (Papa Francisco, LS).

LUTAR CONTRA REDD+ TAMBÉM É COMBATER O CAPITALISMO ! Uma opção, nós fizemos à nossa.

Cuidar da Casa Comum.

Assinam a nota:

1. Associação Brasileira de Homeopatia Popular - ABHP
2. Associação Brasileira de Saúde Popular - ABRASP/BIO SAÚDE
3. ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos
4. ARPEP - Associação Regional das Produtoras Extrativistas
5. Central Única dos Trabalhadores - CUT
6. Centro Burnier Fé e Justiça - CBFJ - CJCias
7. Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès – CDHDMB
8. Centro de Tecnologia Alternativa - CTA
9. Centro Pastoral para Migrantes - CPM
10. Comissão Pastoral da Terra - CPT – MT
11. Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB - MT
12. Conselho Indigenista Missionário - CIMI-MT
13. Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB
14. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
15. Fórum de Direitos Humanos e da Terra MT
16. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
17. Grupo de Estudo Educação & Merleau-Ponty – GEMPO UFMT/IE
18. Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação – GPMSE/PPGE/IE/ UFMT
19. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT
20. Instituto Caracol - IC
21. Instituto GAIA
22. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST
23. Movimento dos Trabalhadores Rurais 13 de Outubro
24. Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA
25. Rede De Comunidades Tradicionais Pantaneiras
26. RuAção - Núcleo Interinstitucional Merleau - freiriano (UFMT)

[1] <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/la-mencion-de-redd-en-el-acuerdo-de-paris-asegura-que-se-continue-financiando-a-la-industria-del-conservacionismo-mientras-que-la-deforestacion-a-gran-escala-avanza-sin-obstaculos>

[2]

Site: <http://www.icv.org.br/2017/01/24/taxas-de-desmatamento-registradas-no-estado-ameacam-reducao-dos-ultimos-dez-anos-aponta-analise-do-icv/>. Consultado em 20 de agosto de 2017

